



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2017.

Comunicação nº 423/2017 – TJD/RJ

DECISÕES DO PLENO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA /RJ

Sob a Presidência do Dr. José Jayme Santoro presentes os Auditores Dr. Dilson Neves Chagas, Dr. Jonei Garcia Alvim, Dr. Antônio Ricardo Correa e Dr. João Paulo Silva e o Procurador Geral Dr. André Luiz G. Valentim que assinaram o respectivo termo, ausências justificadas do Dr. Marcelo Jucá Barros, Dra. Renata Mansur Fernandes Bacelar, Dr. Márcio Luis Carvalho Amaral e Dr. Vagner Lima Gabriel, reuniu-se às 18h do dia 26 de outubro de 2017, no Plenário Homero das Neves Freitas, localizado a Rua Acre nº 47, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro, tomando as seguintes deliberações:

1) Processo 570/2017: Recurso Voluntário com Pedido de Efeito Suspensivo

Recorrente: Botafogo FR

Recorrido: Decisão 5ª CDR (que aplicou ao atleta Lucas Pimenta Peres Lopes a suspensão de quatro partidas, e multado em R\$ 100,00 (cem) reais, quanto à imputação do art. 243-F § 1º CBJD) – Série A – sub -17

Relator: Dra. Renata Mansur Fernandes Bacelar redistribuído para o Dr. Jonei Garcia Alvim

Defesa: Dr. André Luis Alves



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Resultado: A Procuradoria requereu a reclassificação para o art. 258 CBJD.

Por unanimidade de votos, se conheceu do recurso e no mérito deu-lhe provimento parcial, atendendo o requerimento da Procuradoria, reduzindo a penalidade para uma partida, convertendo-a em advertência, quanto à reclassificação do art. 243- F § 1º para o art. 258 CBJD.

2)Processo 574/2017: Recurso Voluntário com Pedido de Efeito Suspensivo

Recorrente: Itaboraí FC

Recorrida: Decisão da 7ª CDR (que aplicou ao atleta Wellerson da Silva Machado a suspensão de quatro partidas, quanto à imputação do art. 254-A § 1º I CBJD) – Série C - Profissional

Relator: Dr. José Jayme Santoro redistribuído para o Dr. João Paulo Silva

Defesa: Dra. Anália Chagas

Resultado: Como ocorreu empate na votação foi adotado o critério de desempate, prevalecendo o voto mais benéfico.

Por maioria de votos, se conheceu do recurso e no mérito deu-lhe provimento parcial sendo o recorrente suspenso em uma partida, convertendo-a em advertência, quanto à desclassificação do art. 254-A § 1º I para o art. 254 CBJD. Votos vencidos dos Auditores Dr. João Paulo Silva e Dr. Antônio Ricardo que conheciam do recurso e negavam provimento.

3)Processo 599/2017: Recurso Voluntário com Pedido de Efeito Suspensivo

Recorrente: Liga Barramansense de Desportos

Recorrida: Decisão da 3ª CDR (que aplicou a Liga Barramansense de Desportos a multa de R\$ 100,00 e a perda no número máximo de pontos, quanto à imputação do art. 214 CBJD.) Campeonato da Seleção de Ligas – Sub-17

Relator: Dr. Dilson Neves Chagas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Defesa: Dr. Fabricio da Silva Souza

Resultado: Por unanimidade de votos, se conheceu do recurso e no mérito deu-lhe provimento para reformar a decisão de primeira instância, julgando improcedente a denúncia, e por consequência o campeonato deve ser retomado com a presença da liga Barramansense.

4) Processo 600/2017: Recurso Voluntário com Pedido de Efeito Suspensivo

Recorrente: AD Itaboraí e o atleta Bruno dos Santos Oliveira

Recorrida: Decisão da 3ª CDR (que aplicou a associação AD Itaboraí a multa de R\$ 50.000,00 e a perda de cinco mandos de campo, quanto à imputação do art. 213 I, II e III § 1º CBJD e aplicou ao atleta Bruno dos Santos Oliveira a suspensão de quatro partidas e a multa de R\$ 1.000,00, quanto à imputação do art. 243-F § 1º CBJD.)

Relator: Dr. Antônio Ricardo Correa

Defesa: Dr. Mauro Chidid

Resultado: Por unanimidade de votos, se conheceu do recurso e no mérito deu-lhe provimento parcial com relação à associação AD Itaboraí que reduziu a pena pecuniária para R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e mantida a perda de cinco mandos de campo, quanto à imputação do art. 213, I, II e III CBJD e com relação ao atleta reduzida à pena pecuniária para R\$ 100,00 (cem) reais e mantida a suspensão de 04 (quatro) partidas, quanto à imputação do art. 243-F § 1º CBD.

A Procuradoria requereu a lavratura de acórdão.

Prazo de 10(dez) dias para pagamento da pena pecuniária.

5) Conforme art. 170 § 2º do CBJD, fica o atleta amador isento do pagamento da pena pecuniária.

6) Todos os apenados com previsão dos benefícios do art. 182 do CBJD, gozarão dos mesmos por ocasião dos cumprimentos das obrigações. Deverá ser observado o § 2º do art. 170 do CBJD.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

-
- 7)** O Procurador se manifestou em todos os processos.
- 8)** Todos os resultados dos julgamentos da presente sessão foram proclamados ao término de cada julgamento, em conformidade com o disposto do art. 133 do CBJD.
- 9) OS PAGAMENTOS DAS PENAS PECUNIÁRIAS DEVERÃO SER QUITADOS EM ATÉ 10(DEZ) DIAS, A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO. CABE TAMBÉM RESSALTAR, QUE NO MESMO PRAZO DEVERÁ SER COMPROVADO JUNTO A SECRETARIA DESTA TRIBUNAL O PAGAMENTO DE TAL OBRIGAÇÃO, NOS MOLDES DO CONTIDO NO ART. 176-A § 1º DO CBJD, SOB PENA DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO.**
- 10)** Sem mais, foi encerrada a sessão às 19h40min.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2017.

José Jayme Santoro
Presidente em Exercício do TJD/RJ

Eliane C. Neno Rosa
Secretária